

Saberes decoloniais latino-americanos construídos na universidade pública brasileira: uma conversa com Lívia Baptista

José Veranildo Lopes da Costa Junior *

Professor Adjunto I do Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Dedicar-se aos estudos sobre literatura latino-americana contemporânea em interface com as categorias de gênero e sexualidade

 <https://orcid.org/0000-0002-2400-8715>

Recebido em: 06 mai. 2022. **Aprovado em:** 09 dez. 2022.

Como citar esta entrevista:

JUNIOR, José Veranildo Lopes da Costa. Saberes decoloniais latino-americanos construídos na universidade pública brasileira: uma conversa com Lívia Baptista. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 11, n. 4, p. 160-187, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8010196>

Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista é Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005), tendo finalizado um estágio de Pós-Doutorado pela Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, na Espanha (2009). Realizou dois cursos de Mestrado, um em Educação e outro em Letras (Língua Espanhola e Lit. Espanhola e Hispano-americana), ambos, pela Universidade de São Paulo (1998; 2004, respectivamente). Formou-se em Letras pela USP. É Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), lecionando nos cursos de Letras do Instituto de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA), onde orienta pesquisas de Mestrado e Doutorado. É bolsista de produtividade do CNPq (LL-LA). Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq DECOLIDE (Decolonialidade, Linguagem, Identidade e Educação).

Tem experiência na área de Linguística, Linguística Aplicada, Análise do Discurso e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino e aprendizagem de línguas (português e espanhol) e formação de professores de línguas, bem como pedagogias críticas e decoloniais no Brasil e no contexto latino-americano, educação linguística, práticas discursivas e translíngua. Desenvolve e orienta trabalhos voltados para os processos de constituição

 jveranildo@hotmail.com

identitária, subjetividades na perspectiva crítica e decolonial, além de estudos que envolvem práticas translíngues, contextos de superdiversidade e multiletramentos com ênfase no crítico e suas repercussões no e para o ensino e aprendizagem de línguas na contemporaneidade e pedagogias críticas e decoloniais.

Neste número da Revista Letras Raras [RLR], temos o prazer de compartilhar com o/a nosso/a leitor/a uma entrevista realizada em março de 2022 com a Professora Livia Baptista.

Entrevistador

Para começar essa entrevista concedida à Revista Letras Raras [RLR], gostaria que você explicasse quem é Livia Baptista e a partir de qual lócus de enunciação a voz da Livia cidadã, mulher, pesquisadora, professora, formadora de professores/as de espanhol é construída e atravessada?

Entrevistada

Olá, a todes que lerão esta entrevista e com quem dialogo e a você, colega, José Veranildo que tece juntamente comigo as tramas e letras deste texto. Agradeço o convite e por poder verbalizar e compartilhar ideias e experiências. Que possamos, ao longo deste encontro, abrir os trabalhos e os caminhos.

Passando para a pergunta com a qual iniciamos nossa conversa, falo aqui como uma mulher que viveu e cresceu na periferia de São Paulo entre os anos 70 e 90, que trabalha faz alguns anos como professora-pesquisadora, sobretudo no Nordeste, sendo desse lugar epistêmico e social que falo. Casada com o mesmo marido desde os vinte e um anos e mãe aos vinte e dois. Produto de mestiçagens (e aqui uso essa palavra por razões pessoais e de subjetividade) e feliz em ter ao longo de minha jornada profissional e acadêmica experiências de vida e de mundo que me forjaram e me forjam a ser quem sou, ainda que provisoriamente, bem como que me levam a apostar sempre no dissenso e no consenso, na expansão e não no estreitamento de perspectivas, nas lutas em prol da vida e pela vida, que, aliás, consiste em sentido amplo em meu entendimento sobre decolonialidade/contra-colonialidade. Nesta mesma direção, para mim educação e pesquisa supõem muitos e múltiplos envolvimentos; mas que desenvolvimentos. Envolvimento com outre, consigo, com o mundo social e político, envolvimento com sensibilidades outras, com compromissos que provoquem rupturas de opressões e de

sistemas de mando-comando, como todas as formas de racismo e de discriminação, de violências e de convivência-convivência com privilégios, enfim, como todas as ações e manifestações opostas à humanização e à humanidade, às nossas vidas. Envolvimento com outras possibilidades de saber/ser/poder e, também, com a proposição de um outro *ethos* de poder e de subjetividade, como sugere Siba N. Grovogui, em especial, no que denominamos Sul-Global.

Ainda respondendo a sua pergunta, cresci e passei parte de minha adolescência e algo da minha juventude numa conjuntura política muito marcada pela ausência de democracia, pela força de silenciamentos, de um governo de negação de direitos civis. Essa circunstância repercutiu em minha subjetividade, de modo mais pontual, e, de modo mais dilatado, em nossas subjetividades enquanto geração gestada nesse interstício não democrático, sobretudo quanto à forma de *tantear* pelo mundo e de viver o mundo e com as pessoas do mundo. Esse contexto político impactou, claro, na educação, no trabalho, na liberdade de expressão, de imprensa, na organização da universidade, no universo acadêmico, e, mais especificamente, na vida das pessoas. Fui me construindo nesse processo e nessa conjuntura de nosso País; através, claro, de muitos outros processos de (des)aprendizagens.

Minha trajetória como estudante e como pessoa se tocam, portanto. Não planejei seguir a carreira universitária, inclusive porque isso não era algo provável para mim e para nós naquela época. Refiro-me aqui ao lugar de onde venho e à conjuntura de nosso País que se situa mais precisamente dos anos 60, passando pelos 70 até meados de 80. Porém, quis ser professora e sempre me vi inquieta, curiosa e como dizia uma amiga, onde havia um buraco, eu via montanhas. Foi mais ou menos assim, eu cismava com o mundo e sempre escutava uma vizinha que dizia: *por que não posso fazer tal coisa? e por que tenho que fazer tal coisa?* Daí, apareceu a pesquisadora em uma constante luta e trabalho para ir passando da simples curiosidade, como produto do acaso, para aquela curiosidade epistêmica ou epistemológica de que nos fala Paulo Freire.

Assim, quando falo/enuncio ou quando me silencio ou sou silenciada, entendo como parte dessa complexa conjuntura e essa vizinha reaparece. Diz bem baixinho: dá uma outra guinada, suba a montanha e veja que logo aparecerá outra. Deixe estar. Minha vida acadêmica é marcada pela minha vida pessoal; me tornei e me torno professora-pesquisadora a cada dia e a cada lida, faz parte de uma história em que nem sempre importa ser protagonista, mas, sim, muitas vezes, balançar a narrativa, a rede, como digo, mudar o enredo, a ordem das palavras, a simetria ou assimetria das vozes. Importam como se somam ação e transformação. Prefiro, muitas vezes,

olhar o campo, pensar longe, matutar, como digo, a mata no mato, o mato na mata. Para mim, a pesquisa começa assim, com esse diálogo, matutando e vislumbrando o que não nos podem tirar que é o horizonte. Começa reacendendo a curiosidade, passando para a curiosidade epistêmica, como propõe Paulo Freire. Começa não se acomodando e nem se deixando acomodar. Começa pela obviedade daquilo que não é óbvio.

Entrevistador

Ao longo dos últimos 20 anos, você construiu uma carreira como docente e pesquisadora da universidade pública brasileira, tendo lecionado na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Durante esse período, é possível perceber mudanças teórico-metodológicas nas pesquisas desenvolvidas no Brasil? Como e quando a Linguística Aplicada começou a se aproximar de uma perspectiva decolonial?

Entrevistada

Excelente pergunta. Responderei à minha maneira e, claro, a partir de minha experiência que, de certa forma, é singular, acidentada e incidental, como são as experiências. Lembro que estou falando como professora-pesquisadora que vem construindo uma trajetória, como você mencionou, nos últimos vinte anos na universidade pública e, particularmente, no Nordeste brasileiro. É desse lugar, complexo, denso e vivo, que estou falando.

Vou começar pela segunda questão e acredito que ao tratar da primeira, retomarei na discussão alguns aspectos que me fazem pensar em uma certa correlação entre ambas as questões. Quanto a que momento, a como e quando a Linguística Aplicada começou a se aproximar de uma perspectiva decolonial, é um ponto que requer muito debate e reflexão. Penso que nos últimos anos tem se intensificado essa aproximação e de diferentes maneiras. O campo aplicado tem sido tocado por profundas mudanças e que hoje convivem diferentes propostas, entendimentos, metodologias, por exemplo. Gosto de pensar que não se trata de mais um rótulo, mas sim de outros lugares. Há espaço para dissidências e consensos, como digo, vivemos através de paradigmas e epistemologias movediços, que, aliás, contrariam a racionalidade única e o universalismo. Vamos seguir e acompanhar o que será proposto e o que vamos propor. É uma obra aberta, uma leitura plural.

Concretamente, refletindo sobre mudanças teórico-metodológicas nas pesquisas, arrisco a dizer que sim, houve. Mudanças quanto ao entendimento da pesquisa, da relação entre quem

pesquisa e o mundo, com relação às formas de pesquisar e a proposição de espaços outros de poder e produção de saberes e conhecimentos. Contudo, há muito mais a se problematizar, propor e realizar.

Penso que coexistem muitas formas de entender a pesquisa, de fazer pesquisa e, igualmente, de viver a pesquisa. Por isso, não podemos dizer que exista somente uma maneira, nem uma abordagem ou perspectiva dominante e dominando. Para além dessa diversidade, que no meu entendimento é visível, há de se considerar como a pesquisa faz parte de nossa realidade, pois ainda se tem uma ideia elitista sobre a pesquisa, quem pesquisa e sobre o que se pesquisa. Aliás, isso também se aplica para o acesso ou direito às línguas na escola, a inserção e participação nas riquezas e bens sociais, à educação, trabalho, moradia, etc. A desigualdade de poder/ser atravessa diversas dimensões de nossas vidas e subjetividades e, claro, não seria diferente na pesquisa e no campo da produção de conhecimentos. Por isso, a discussão sobre colonialidade do saber/poder bem como a da geopolítica do conhecimento está ganhando sentidos outros e sendo ressignificada, sobretudo, nos últimos tempos.

Nas últimas décadas houve muita mudança quanto ao entendimento de nossa responsabilidade política, social, ética (uma acepção para além de etiquetagem de comportamento, claro) e justiça social e cognitiva. Hoje, particularmente, penso em demandas, o que supõe que ao pesquisar preciso entender e atentar para as demandas. Demanda aqui tem a ver com a manifestação de um desejo, pedido, exigência, reivindicação, requerimento do mundo para comigo e de mim para o mundo.

A pesquisa alimenta e se alimenta das demandas do mundo e nesse ponto a Linguística Aplicada, em suas vertentes crítica, transgressiva, indisciplinar, decoloniais e contra-coloniais, me refiro sempre à pluralidade como se nota, têm se materializado e consubstanciado muitas vias. Para além de trazer respostas, apesar de uma atitude responsiva e responsável, tem sido um campo de muita escuta; um campo de problematização e de inteligibilidade e, também, me arrisco a dizer de cura, de cuidado, de travessia, de visibilidade em que nos recolocamos como parte das perguntas e como parte das respostas, mas não como proprietários de saberes ou como salvadores da pátria. Esse deslocamento me parece relevante para a dimensão decolonial/contra-colonial.

Percebo sensíveis mudanças, mas também retornos a essencialismos, disputas em torno de certezas e de protagonismos diversos, discussões apaixonadas e interessadas ou não, silenciamentos epistêmicos. Noto movimentos contraditórios; reafirmação de valores e epistemes

consagradas e busca de proposições outras a partir de muitas perspectivas. No meu modo de ver, hoje é mais relevante o como, quem, quando e onde estamos e de que modo essa demanda, a qual me referi, me importa como quem estuda, pesquisa, ensina, aprende. É desse entrecruzamento que vem o envolvimento. E para mim o envolvimento tem sido crucial. Esse ponto tem se materializado na Linguística Aplicada e assume formas e concretudes diferentes, com desdobramentos importantes dados os diversos e complexos problemas e problemáticas do mundo, como notamos na ampliação dos temas, objetos e sujeitos de pesquisa, mas essa ampliação traz em si desafios variados que sinalizam para a coexistência de pensamento e práxis plurais. Os projetos de pesquisa se somam ou se aglutinam a projetos de vida, dado o profundo entrosamento de quem pesquisa com as múltiplas dimensões da própria pesquisa desde a definição da problemática, dos participantes e da relação entre esses, dos possíveis diálogos trans-inter-multidisciplinares. Os atravessamentos são profundamente vividos e incidem em nossas subjetividades, na relação entre quem pesquisa e o mundo. Dizendo de outra maneira, o modo como olhamos para os problemas, como recortamos nossas temáticas, se encravam em nossas subjetividades, mas também se exteriorizam no mundo.

Vejo igualmente que nos últimos anos tem sido notável a afirmação de uma agenda que defende a vida, ou ainda, que se aprofunda nessa defesa-luta e essa tem se materializado de muitas maneiras e em muitos lugares. Talvez tenha chegado o momento de começar a refletir sobre como, por exemplo, epistemologias outras juntamente com corpos outros e praxiologias outras poderão se tornar mais robustos reafirmando-se como vias contra-coloniais. E como não tornarmos nosso trabalho uma mera prática de auto-reflexividade, um diálogo (ou monólogo) com alguns poucos pares, conhecido e restrito a um grupo de pessoas, mas se torne muito mais amplo, com sentido e ressignificado no mundo. Discuti esse aspecto no texto publicado mais recentemente na revista da Associação Brasileira de Hispanistas.

Retomo aqui a necessidade de não somente consumir teorias ou vertentes epistêmicas ou de reproduzi-las ou tentar melhorá-las no âmbito da academia, mas de sermos demandados e agirmos sob a demanda. Por isso, penso na ideia de demanda que nos leva e nos provoca a teorizar. Muitas vezes é tão explícito o que nos demandam que talvez não há como virar a cara, fingir que não existe. Contudo, reconheço que isso fere, afeta nossa subjetividade. Assim, uma mudança radical diz respeito à demanda demandada, se vale uma certa ênfase aqui. Quero com isso dizer que apesar de haver a demanda essa precisa ser demandada; precisa ser identificada, ser reconhecida, enfim, ser acatada. É a relação humana que muda e tem mudado na pesquisa.

Estamos humanizando a pesquisa? A pesquisa está nos humanizando? Pode ser, mas não vou afirmar e/ou negar verdades. Uma mudança relevante é justamente essa que citei; a de humanizarmos a pesquisa e sermos humanizados, humanizadas, humanizados por essa.

Contudo, a pesquisa ainda precisa se humanizar mais, aliás, o fazer científico tem sido fortemente marcado pelo desejo de verdade, próprio da modernidade. E isso se espalha em várias dimensões. Pensamos de forma disciplinar e agimos disciplinarmente, pelo menos, em duas acepções: como área e como produto do controle e da limitação. Não esqueço diariamente que sou aquilo em que acredito e se acredito no valor da verdade e da disciplina, isso se concretiza em minhas práticas diárias. Ultimamente tenho defendido a ideia de que saber/conhecimento se verbalizam, se exteriorizam. Pois pesquisa também é uma ação, uma performance no mundo. Por isso, aponte para a questão de se humanizar a pesquisa e de nos humanizarmos através da pesquisa. Tal implica, inclusive, assumir a provisoriedade do que fazemos, aspecto difícil de lidar já que nosso paradigma científico é o do apego. Apego a teorias, construtos, premissas, visões de mundo, etc. Apego a projeção pessoal, acadêmica, a muitas e variadas coisas e uma dessas é o apego epistêmico.

Outra mudança diz respeito à compreensão do método, ou mais exatamente, das vias metodológicas. Penso concretamente no conceito de rigor que tem a ver com a ética na geração e na compreensão/problematização dos dados, por exemplo. Há grande dose de subjetividade, mas essa não pode ser desenfreada, obscurecida pelas nossas lógicas internas. Os dados comunicam, falam, provocam. É preciso escuta. Mas também conversa com os dados. Outro ponto que saliento é o de admitir equívocos, falhas, descontinuidades, incongruências ao longo do processo da pesquisa. É preciso lidar com a provisoriedade, a constante percepção do singular, episódico, não repetível, não absoluto, como já tinha citado. Isso, claro, não é algo novo. Mas quando vivido e experienciado, sim.

Destaco ainda a incessante luta contra a dependência epistêmica, que se transmuta na luta contra epistemídeos de todo tipo e teor, e, assim, a luta contra a subordinação epistêmica é um aspecto, mas não o único. Essa tem a ver diretamente com nossos centros hegemônicos de poder e de decisão sobre quem produz, de onde produz, como produz, etc. Vivencio isso cotidianamente e algumas de nós ficamos fora do eixo, provavelmente porque nossa produção é localizada geograficamente no Nordeste, porque somos mulheres não brancas, porque somos brasileiras, porque trabalhamos com formação de professores, porque somos do campo aplicado e hispanistas, porque somos do Sul-Global, etc.

Por fim, um ponto que tem sido problematizado diz respeito à produtividade, ou ainda, à reprodutividade. Lembro rapidamente a história do ovo da galinha e da pata. Ambas botam ovos, mas sempre se fala no da galinha, já que a pata não publiciza que também bota ovos. Minha interpretação, contudo, é que a sina é triste, ou seja, tanto ser galinha como ser pata e botar ovos aponta para um destino lamentável e inexorável que consiste em botar ovos, em ser "poedeira", e, assim, estar a serviço de alguém ou algo contra o qual não se pode lutar e o caminho da felicidade consiste em ser reconhecida e ovacionada pelos ovos que bota. Uma espécie de servidão abençoada, como aliás parecem ser todas. Estamos no século XXI e isso ainda se propaga, essa ideia de servidão produtiva e de evidência, mas vem sendo fraturada. Precisamos lutar muito contra essa sina, mas a favor do direito de viver a provisoriedade, a transitoriedade, a perplexidade como parte da produção de saberes e conhecimentos. O direito a suspensão, a parada, a uma certa contemplação. E aqui retomo com tudo à ideia da auto-colonialidade ou da colonialidade interna. E essa tem sido uma caminhada e tanto. Começar, portanto, refutando essa cadeia de poder e ser. Assim, epistemologias outras apontam para ontologias outras. Pensar e ser e fazer vem se constituindo, diria, de forma antropofágica. Saberes e seres são antropofágicos.

Entrevistador

O que é e quando surge o DECOLIDE? Qual o momento em que Livia Baptista decide pesquisar e orientar a partir de uma postura expressamente decolonial? Qual o elo em torno da decolonialidade que une as suas últimas pesquisas?

Entrevistada

Desde que iniciei na pesquisa, ainda enquanto estudante de graduação, de forma incidental, e, mais claramente na pós-graduação, quando estudante de mestrado e doutorado, me declinava por questões que envolviam a linguagem, identidade e cultura. E, claro, não poderia deixar de envolver as pessoas, o mundo, a educação. Comecei com trabalhos que supunha serem de cunho etnográfico, de campo, sobretudo, na educação. Também quando iniciei minha trajetória na universidade pública, me pareceu necessário organizar grupos de estudo e de pesquisa, como ocorreu no início de minha chegada à Universidade Federal do Ceará, em 2003. Participar de grupos de pesquisa era compartilhar de um espaço de troca, de diálogo, de conhecimentos. Ao

ingressar no programa de pós-graduação, entre 2005 e início de 2006, continuei com os grupos de pesquisa. Foi uma experiência muito rica, profícua.

O DECOLIDE se forma quando chego à Universidade Federal da Bahia em 2015 e se oficializa em 2016. Nossas discussões, como as que eu travava anteriormente, focavam nas dimensões identitárias e nas práticas de linguagem e suas repercussões no mundo e, particularmente, na educação. Foram se tornando cada vez mais complexas e, como disse, a escuta da demanda me levou a me ver imersa na problemática colonial que, aliás, já tinha me tocado enquanto estudante e moradora do CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo). Desde estudante de graduação, e, sendo da periferia (literalmente) e uma pessoa mestiça (como cresci escutando na minha rua e vizinhança), me chamava a atenção que eu escutava permanentemente sobre o elitismo da universidade e também a forma de acesso tão restrita antes de ingressar nela e comprovado após isso. Dessa maneira, pensar e viver meu lugar no mundo - e, particularmente, no acadêmico - fez parte de minha trajetória como professora-pesquisadora desde sempre. A experiência como estudante do curso noturno e professora-estudante-mãe me atravessou; acredito que, desse modo, o DECOLIDE já estava em mim, se gestando. Acredito que o ponto central tenha sido esse, o de entender minha subjetividade, minha inserção nos espaços acadêmicos e profissionais, como esses processos me atravessavam e como esses ressoavam na minha performance. Mas, claro, não foi só isso. Acredito que fui amadurecendo como pesquisadora e professora.

O mais bonito e mais relevante, para mim, têm sido a sintonia, a empatia gerada e sentida com os integrantes do grupo desde a minha chegada. Nossas histórias e vidas se constituíam em travessias muito ricas, instaurando-se de imediato um processo de mútuo engajamento com a educação em nossos territórios e de muito desejo de, para além de propor resistências, reafirmar o direito às existências. Não é possível, ao menos para mim, não me sintonizar com o local, com o entorno. Também volta aqui o envolvimento.

Assim, não vejo um momento em que eu tenha acordado e dito que seria decolonial/contra-colonial. Isso tem a ver, por exemplo, com a compreensão dos processos de auto-colonialidade e com o colonialismo interno, com a naturalização da colonialidade que forja subjetividades e com a reapropriação da colonialidade e do colonialismo de forma global. Neste sentido, a luta é interior, mas se materializa externamente; é preciso mudar “de dentro” primeiro, como lindamente aponta Anzaldúa, para que a mudança se exteriorize e chegue ao mundo. As lutas, portanto, se projetam e se externam nos quintais, terrenos, terreiros, nos muitos mundos.

Precisamos superar o imaginário colonial, a subjetividade colonial, duramente entranhada dentro de nós, fazer parte dessa mudança.

Não identifico um momento em particular em que tenha assumido expressamente uma postura decolonial, já que acredito que essa tem me acompanhado ao longo de toda minha jornada como professora-pesquisadora. Contudo, estar em Salvador, na Bahia, e, ainda, conviver e partilhar desse universo foi e tem sido fundamental para reafirmar minha forma de entender a educação, a linguagem, as subjetividades e enfatizar cada vez mais minha opção decolonial/contra-colonial como política, ética, humana, social, cultural. Outro fato importante foi meu afastamento em 2019 e a oportunidade de viver no México, passando uma temporada em Tijuana, na Baixa Califórnia e outra em Oaxaca como professora visitante, além de compartilhar experiências com colegas da Colômbia e de outros países como venho fazendo. Essas experiências-vivências sedimentaram em mim o desejo de uma educação contra-colonial no e para o Sul-Global, aprofundando minha inquietação sobre esse lócus de enunciação e sobre a decolonialidade/contra-colonialidade enquanto epistemes e práxis.

Assim, o grupo é um coletivo que, academicamente, reafirma seu posicionamento e sua opção decolonial/contra-colonial. Quanto ao que nos une, deve ser a inquietação e a insurgência não disciplinada e nem disciplinadora, a defesa da vida, o que, aliás, parece óbvio, mas nem tanto. Para mim, decolonialidade/contra-colonialidade é um movimento contra e a favor: contrário ao que extermina, subalterniza, violenta, viola possibilidades de existências outras - com tudo que disso possa advir - e a favor de outras formas de vida, organização societária, sensibilidades, subjetividades, cosmovisões. Daí, portanto, considerando o momento atual do Brasil - e, claro, a nossa história como País - precisamos muito desse envolvimento. Essa é a demanda demandada.

Outro elo é o entrosamento ou entroncamento epistêmico-ontológico-praxiológico, materializado nos diversos trabalhos que fazemos, com foco nas diversas experiências/vivências locais. Nos meus trabalhos mais recentes, tenho intensificado a dimensão subjetiva, inter-transpluri subjetiva, como apontei antes ao falar da colonização interna. Esse tem sido um ponto que nos aproxima. Esse olhar para dentro, de dentro, mas que escorre para fora, se exterioriza. É um movimento contrário à nossa própria essencialização; um movimento que faz parte de movimentos, como a decolonialidade/contra-colonialidade. Tocar a ferida colonial é preciso. Mas buscar a cura, cuidar, cicatrizar o medo, vencer os ódios ancestrais e ancestralizados também. Benzer a alma como fazia minha bisavó.

Tem sido crucial pensar e agir por demanda. Por isso, tenho enfatizado a pluralidade de vias para o enfrentamento de situações de colonialidade que podem ser materializadas nas formas de pedagogias decoloniais/contra-coloniais, críticas, translíngues. Pedagogias da vida e pela vida. Em outras palavras, estando nesse lugar de líder do grupo DECOLIDE, não pretendo reafirmar a escola e a universidade como lugares de catequese, de aldeia global, lugares de exercício do ego, mas sim de entrecruzamentos vitais, de corpos, linguagens, experiências; um lócus em que possam soprar ventos e erguer tempestades. Precisamos disso, precisamos nos distanciar do conformismo e da subordinação epistêmica, o que constitui uma árdua tarefa. Precisamos furar a bolha. Precisamos ampliar nossas ações para perceber transformações. Enfim, estarmos em movimento.

Outro aspecto que tem nos interessado é o potencial heurístico e problematizador das narrativas. Essas têm sinalizado como uma via não somente para a compreensão das complexidades que cobrem as múltiplas situações de colonialidade, mas também para a prática da escuta sensível, engajada, como forma de ação. Sendo assim, nos une o desejo de pluralizar a educação, de agir contra-colonialmente, nos tornando, ao mesmo tempo, decoloniais/contra-coloniais. Em outras palavras, viver a travessia da práxis em sua acepção mais vasta. Daí, nosso livro ser intitulado *Práxis descolada*, por exemplo.

Quem acompanha minha trajetória e a de nosso grupo, poderá sentir que somos densamente plurais, contra-coloniais e engajados como professores e pesquisadores. Talvez seja esse o elo mais forte. Nossa fortaleza é o embate, sempre, pois viver e assumir a pluralidade supõe dissenso e não ter medo de se posicionar epistêmica-ontológica e praxiologicamente. Aliás, o medo também faz parte, mas não pode ser estagnante; pode se converter na faísca que incendeia.

Por fim, gostaria de destacar algumas de nossas ações. Além da publicação lançada em 2021 em que reunimos nossos trabalhos, alguns em andamento e outros concluídos, compreendendo o ano de 2016 até 2021, realizamos o Ciclo do DECOLIDE em 2020. Esse evento se iniciou em 11 de setembro de 2020 (por muitas razões) e se estendeu pelo segundo semestre; contou com a participação de muitos colegas e atraiu pessoas interessadas de diversas partes do Brasil. O Ciclo foi muito agregador, sobretudo, pelo momento vivido e a ideia era o debate, que, aliás, é sempre bem-vindo. E celebramos a fala, a voz. Os textos seguiram outros caminhos e vão se materializando. Texto não é só escritura; assim, a ideia do ciclo foi essa. Celebrar a fala, a verbalização; um resgate da palavra. Mas, como dizem, as palavras faladas o vento as carregam,

as escritas se perpetuam. Apostamos, assim, na transitoriedade, na provisoriedade. É um paradigma outro também. Como digo, também precisamos repensar a palavra, a oralidade, o debate, o diálogo, como formas ancestrais, milenares de conhecimento e saber. Tenho pensado muito sobre isso, sobre a oralidade na pesquisa, sobre a pesquisa oralizada, sobre outras verbalizações, sobre a fala que se projeta.

Entrevistador

Em relação ao hispanismo nacional, quais as contribuições das pesquisas sobre a língua espanhola para os estudos decoloniais? Pode-se afirmar que estamos construindo uma epistemologia decolonial tipicamente latino-americana, *desde y para el Sur del mundo*? Se sim, quais as características desse movimento?

Entrevistada

Interessante as questões postas por você. Os estudos decoloniais constituem um vasto campo, assim como os estudos de linguagem e, aqui, não me limito aos estudos linguísticos. As próprias epistemes que atravessam nossa formação são produtos da colonialidade; mais pontualmente, da modernidade. E, dessa maneira, nós também precisamos nos descolonizar epistemologicamente. Isso, claro, está para além de confrontar o cânone de saber/poder, que é um passo importante e vem sendo dado, mas não é somente isso. Penso que temos muito por trilhar ainda se abraçarmos a ideia de pluralidade, de um pensamento e pedagogia pluriversais, por exemplo, como propõe Renato Noguera.

Ainda precisamos pensar e problematizar mais como nossa própria estrutura organizacional resulta da modernidade/colonialidade. É preciso entender como se organiza a cadeia de mando-comando, como se organizam os espaços, como os corpos e corporalidades povoam os espaços, que políticas (em termos macro e micro) se constituem e como se conflagram. Quais são as políticas públicas e como essas reafirmam essas colonialidades ou não? Como se nota, são camadas, camadas... Vamos aos poucos nos adentrando, furando, transpassando. Não podemos ficar na superfície. E o que é a superfície? Bom, seria tema para outra conversa. Deixo aqui para que possamos refletir. E, ainda, ir além de entender para transformar e modificar. Esse é outro passo.

Paradigmas outros supõem pensar entre - ou para além das fronteiras disciplinares; é uma prática que requer investidora, não é algo que se faça espontânea ou naturalmente. Daí, um

processo que chamo de descolonizar as epistemes, mas sem desprezar que essas são ontológicas e praxiológicas. Isso sugere que pensar e saber se confundem com quem somos e como somos e como agimos. Ao mesmo tempo em que nos formamos, nos conformamos, para jogar com as palavras. E a pergunta é essa: podemos nos formar decoloniais/contra-coloniais? Podemos formar professores decoloniais? Talvez possamos nos tornar menos coloniais, o que já é muito nessa escala de colonialidades. Longe aqui, claro, da ideia de aplicacionismo na e para a formação, de que apropriando-se de dada perspectiva teórica, meu trabalho se resume em aplicá-la. Ou ainda da racionalidade técnica tão cara nos anos 70.

Talvez possamos identificar como funciona a colonialidade, como seu circuito se instaura nas situações de colonialidade e agir identificando, interrompendo e, quem sabe, contrapondo práxis decoloniais/contra-coloniais. Talvez possamos explicitar os implícitos da colonialidade. Retomo, por isso, a problemática que não se cala ou se oculta: formar ainda supõe transformar, conformar, reformar... Assim, tenho insistido muito na demanda, no compromisso com outra cognição social, lembrando aqui van Dijk. Mudanças na ordem do sentir, pensar, em dimensões conceituais e atitudinais e mudanças no fazer/ser. Nesta direção, pode ser que ecoe mais fortemente a práxis decolonial/contra-colonial.

Não tenho respostas e propostas fechadas; da demanda vêm, contudo, as proposições e essas alimentam as mudanças as que me referi. Por exemplo, anos atrás nem sequer estaríamos discutindo essas questões. O fato de hoje estarmos já diz muito ou diz algo sobre essas demandas e mudanças.

Estamos entre movimentos de ressonância, de rupturas e de continuidades, de forma dinâmica e constante. A ideia de fluxos. Percebo uma pluralidade de trabalhos, de epistemes, de problematizações e problemáticas relevantes para nosso campo do hispanismo, mas que precisam convergir para dimensões de maior alcance político, social, cultural. Neste sentido, por exemplo, tenho problematizado como as práticas de linguagem irrompem pedagogias decoloniais/contra-coloniais. A ideia é de que, para além da contraposição, da oposição, também sinalizemos para outras possibilidades de criação, de subjetivação, de sensibilidades, vias outras societárias, por exemplo. Nesse viés, temos uma história bem significativa e representativa; temos uma "tradição" (com toda carga desse termo) de pensamento e de práticas contra-hegemônicas e contra-coloniais, materializada em diversos campos como o das ciências humanas e sociais, da educação, da literatura, por exemplo. Um desses campos mencionados é o da educação, o da

pedagogia crítica latino-americana e nossos educadores e intelectuais brasileiros, bem como movimentos sociais, coletivos, se destacam. Contudo, precisamos seguir.

No momento estamos construindo possibilidades a partir de nossas esferas de ação. São atitudes responsivas, práticas e práxis decoloniais que se somam. Neste sentido, vejo algo em processo, em construção. Aliás, decolonialidades supõem insurgências, movimentos, deflagram e perturbam a lógica de mundo, os projetos da modernidade, ainda que em sua face transcolonial ou ultracolonial. Mas não significa que insurgências e movimentos sejam aleatórios; estão sintonizados com lutas em prol da vida, da existência, da cura, do cuidado, com projetos mais amplos em defesa da natureza, da justiça social e cognitiva, por citar alguns aspectos. E nessa defesa-luta defendemos e lutamos por nossas próprias vidas e existências no Sul-Global faz tempo. Por isso, a decolonialidade é um processo, é um caminho de tomada de existência e de palavra.

De todos os modos, problematizando a linguagem como práxis humana, é fundamental demarcar nosso Sul-Global como espaço de luta e de resposta, de ação e proposição, de transformação. Um espaço vital e existencial. Não poderia afirmar que estejamos construindo uma epistemologia decolonial tipicamente latino-americana. Primeiro porque poderia ser superficial e limitada em minha resposta, como disse, ao que experiencio como professora-pesquisadora do Sul-Global. Segundo porque acredito que estamos diante de um paradigma não universal, mas pluriversal, e, assim, não teria como pensar em uma única episteme ou epistemologia, o que me levaria de volta a ideia do ponto zero de conhecimento. E, igualmente, pela própria necessidade de problematizar o que seria o Sul-Global que, aliás, tem me inquietado muito, inclusive, nos últimos trabalhos que venho realizando, como, por exemplo, no contexto Sul-Sul da migração aqui em Salvador, Bahia e na formação de professores, campo em que atuo. Observo sendas que se abrem, se bifurcam, de maneira rizomática refutando o fazer-pensar arbóreo.

Assim, me pergunto: de que Sul falo hoje? Com quem do Sul falo ou não? Que Sul fala comigo? Em que Sul estou? Em que Sul penso que estou? E lembro, bem lá no fundo, que estou reafirmando o nosso mundo ocidental e sua lógica, apesar de me rebelar contra ele. Como se nota, vão se erguendo e se descolando camadas e mais camadas.

E, claro, não estou pensando aqui o Sul-Global como oposição binária ao Norte-Global, o que seria simplório de minha parte. A questão talvez seja de que lugar estou pensando esse Sul e isso tem a ver com o lugar em que vivo esse Sul que não coincide com o seu ou com o de outro. Não podemos sempre buscar coincidências, mas compreender as contraposições e divergências.

Mas talvez nos aproximemos quando o entendamos como lugar de lutas, de corporalidades, de encruzilhadas, da racialidade, do patriarcado, do epistemicídio, das colonialidades. Mas, provavelmente, busquemos intensificar o Sul do avesso, do atravessamento, do imensurado, do não contado e contabilizado, o Sul contra-colonial. Esse é o Sul com quem nós precisamos dialogar se entendemos que somos parte dele e estamos com ele. Essa é minha conexão com o mundo.

Como se caracteriza esse movimento? Penso que de muitas maneiras, prefiro pensar sempre em pluralidade, em expansão de perspectivas, de horizontes epistêmicos-ontológicos-praxiológicos. Prefiro apostar sempre nessa ideia de expansão. Assim, acredito muito mais na proposta da gira decolonial, de Rufino, por exemplo, apesar de reconhecer a relevância do giro decolonial. Mas é o momento, penso, da “gira decolonial”. Vamos girar. E quem sabe, tombar e não me refiro ao tombo, me refiro à gira, a girar, a tombar.

Entrevistador

O Sul-Global parece funcionar como uma contrarresposta aos saberes coloniais impostos como narrativas únicas pelos colonizadores europeus e norte-americanos. No âmbito das ciências, sobretudo as humanas e sociais, o que é e qual a importância do Sul-Global?

Entrevistada

Excelente pergunta. Para tentar uma resposta, ou ainda, um encaminhamento, é preciso problematizar aqui o que estou entendendo ou considerando como Sul-Global. Esse ponto ainda precisa ser mais bem explorado, inclusive, por mim. Tenho pensado o Sul-Global e buscado expandir ou enfrentar as oposições binárias, que marcam, por exemplo, conceitos-terminos como colonizador x colonizado, opressor x oprimido, Norte x Sul. Lembrando que, como bem aponta Audre Lorde, muito da história da Europa ocidental nos tem condicionado a ver as diferenças humanas por meio de uma oposição simplista: dominante/subordinado, bom/mau, no alto/embaixo, superior/inferior. O exercício de uma “opressão sistematizada” por um grupo de pessoas faz com que o outro se sinta supérfluo, que ocupe o lugar do inferior desumanizado. Esse grupo é composto por negros, pessoas do “Terceiro Mundo” (mantenho aqui a designação), trabalhadores, idosos e mulheres, como bem lembra Audre Lorde.

Nem sempre é um caminho fácil, já que, como disse, somos marcados por essa lógica binária e ela nos surpreende a cada momento, ainda que estejamos bem intencionados e, de fato,

estamos. Em outras palavras, estou buscando ampliar meu próprio entendimento e expandir minhas perspectivas como professora-pesquisadora. Neste sentido, tenho pensado o Sul-Global como uma via/alternativa para a descolonização e globalização neoliberal, um movimento multifacetado; daí, portanto, a sua complexidade, densidade e profundidade. Para seguir nessa empreitada, preciso problematizar as obviedades.

Historicamente fomos marcados pela retirada, pela privação, pela exclusão, que, claro, se materializam nas desigualdades, nas subalternidades, etc. Mandonismo, patrimonialismo, corrupção, intolerância, classismo, patriarcalismo, elitismo, sexismo, violência, genocídio, escravização, enfim, lastros do colonialismo, ou ainda, tentáculos da colonialidade, aqui particularizando o mundo político-social brasileiro e seu autoritarismo, como bem propõe Lilian Moritz Schwarz. Somando-se a isso a voragem neoliberal que atinge o mercado e, claro, atravessa economias periféricas como a nossa e sujeitos periféricos. Nesse caldo, sintetizado por mim, precisamos situar conjunturalmente o contexto atual que, como disse, se torna caudatário. Estou aqui diferenciando conjuntura e contexto. Por isso, localizo o contexto na conjuntura e a conjuntura cobra sentido na contextualização.

Assim, voltando a ideia de demanda, há nossa demanda, enquanto professores-pesquisadores sintonizados com o Sul-Global, que se opõe visceralmente a outras demandas como a de uma agenda neoliberal do Norte-Global. Não podemos ser ingênuos; há diversas demandas. A demanda de um grupo ou setor, pode ser visível ou invisível (muitas vezes se acredita na invisibilidade somente dos periféricos e excluídos, mas existe outra, a dos que não visualizamos justamente porque o poder opera silenciosamente, como diz *Byung-Chul Han*). Não quero com isso dizer que tudo se reduza a um mero conflito de interesses e de demandas. Quero problematizar que é um contexto denso e que, dada a conjuntura igualmente densa, consiste em uma dessas dimensões a da luta por mais equidade e justiça social e cognitiva. Esse jogo é tensionador e assume formas diversas, como a política da morte ou necropolítica, como propõe Achille Mbembe, estratégias e ações ultracoloniais, transcoloniais, ou ainda, retomada dos -ismos, transfigurados localmente (despotismo, autoritarismo, fascismo). Claro, não é tudo uma coisa só. Mas assumem localmente múltiplas fisionomias e essas não estão desconectadas da macro dimensão da agenda neoliberal e dos projetos orientados e implantados por essa; inclusive, com apoio interno, na forma da própria colonialidade interna.

Retomando as suas perguntas, aliás muito desafiadoras como sempre, José Veranildo, o lócus de enunciação pode fortalecer movimentos contrapostos a esses outros enunciadores que,

inclusive criam suas próprias redes e mídias sociais e as controlam. Mas, em contrapartida, vemos como os movimentos sociais, os coletivos, as coletivas, por exemplo, tomam a palavra e performam. A ideia de lócus de enunciação se coaduna, em certo sentido, com a de performance, ponto sobre o qual venho pensando. Por isso, entendo que precisamos ocupar e materializar vozes e escutas nesse lócus de enunciação. Não é fácil, nem simples. Lidamos com muitas camadas, muitos -ismos. Vou dar um exemplo simples e talvez possa esclarecer. Estava caminhando ontem e vi na praia um rapaz com outros dois e um grupo de garotos que acredito de sete a doze anos. Estavam treinando. Corto. Há um clube perto de onde moro e há uma boa estrutura e lá vejo pela manhã garotos que acredito da mesma faixa etária, treinando. Os treinos são de futebol. A pergunta surge, claro: quem joga melhor? Quem será mais bem sucedido? Vamos continuar falando de meritocracia? Minha resposta, como digo, é muito minha. Como assim? Importa que joguem e que brilhem naquele momento. O futuro é hoje. A ideia de que o futuro será em cinquenta anos foi a que me inculcaram enquanto criança e adolescente em um governo de suspensão de direitos civis e obviamente contra a qual me rebelei e venho me rebelando. Assim, a demanda é hoje. O tempo é agora. Mas, claro, olhando para os lados e as demais direções.

É preciso ocupar cada vez mais os lugares sociais e os lugares epistêmicos com outras epistemes-ontologias-praxiologias. Por isso, o Sul-Global tem muito a mostrar e a materializar, sobretudo, como via/alternativa à descolonização e à globalização neoliberal. Para além de uma divisão binária ou dicotômica, é preciso explicitar de que Sul estou falando, com quem desse Sul e como falamos e nos falamos. Mas o Sul é plural também. É prática de fala e escuta, mas, sobretudo, de falas entre o Sul-Sul.

Nossa fala - que nem sempre foi escuta e nem sempre foi escutada - é resignificada quando radicalmente se converte em um diálogo crítico, profundo e talvez menos ingênuo no e com o Sul-Sul. Daí, a ênfase que venho dando nesta conversa ao Sul-Global. E fica a pergunta: com quem falamos no Sul-Sul? Como o fazemos? De que lugar enunciamos? É possível tecer uma coenunciação? E de novo outras perguntas: vale essa conversa? Vale esse diálogo? Aposto que sim. Neste sentido, nós hispanistas estamos buscando esses caminhos, tecendo e entretecendo esses diálogos. Aliás, toda a luta latino-americana em prol da democracia e contrária aos autoritarismos e privação de liberdade e igualdade civil apontou isso. Mas é preciso insistir mais. E degringolar, literalmente, o saber/poder. Contudo, esse é um dos passos.

Se teremos força para colocar na agenda uma política social, humana, civil para e com o Sul-Global é um ponto que não podemos ignorar. E minha forma de responder, como professora-

pesquisadora, é escutar atenta e sensível às demandas que nos são demandadas. Porém, esse é um elo, um ponto, desse conjunto todo. É matéria e opção decolonial/contra-colonial. Neste sentido, o lócus de enunciação se instaura como um dispositivo tensionador, espaço que intensifica performances e práticas de linguagem. E entendo que não perpetua a diferença colonial, mas propõe a tomada da palavra e da palavra verbaliza, que se torna ação e ressemantiza a gramática e a retórica coloniais por meio de outras performances. Daí, a dimensão performática que estou intuindo ser urgente e emergente.

Entrevistador

Percebo que o lócus de enunciação é um conceito muito caro aos seus estudos. Em 2021, a discussão aparece em um artigo publicado na Revista Gragoatá, intitulado “Lócus de enunciação e coletivo mexicano *Batallones Femeninos*: cartografando uma pedagogia decolonial no Sul-Global” (BAPTISTA, 2021). No dossiê “Hispanismos e reencontros”, da Revista Abehache, o mesmo conceito é revisado e ampliado através da publicação do artigo “Lócus de enunciação, decolonialidades e produção de saberes: algumas inflexões a partir do Sul-Global” (BAPTISTA, 2021a). O que é o lócus de enunciação e qual a sua importância para as pesquisas que se inscrevem a uma Linguística Aplicada que se reconhece como ideológica, política e socialmente localizada?

Entrevistada

Ao longo das questões anteriores, de certa forma, trouxe delineamentos sobre o lócus de enunciação. No entanto, me parece necessário agora explicitar por qual motivo o tenho enfatizado em meus trabalhos e como ele pode alavancar algumas propostas decoloniais/contra-coloniais.

Tenho buscado problematizar, à minha maneira, alguns conceitos e também proposições. Faz parte do meu trabalho como pesquisadora e como professora, buscar não somente compreender esses conceitos, mas problematizá-los e, ainda, tensioná-los por meio de minhas próprias leituras. Preciso explicitar os implícitos da colonialidade do saber/poder, ao menos, para mim. Reconheço, porém, que não é a leitura ou a melhor leitura, mas a minha, a partir de algumas pautas que me são caras. Assim, tem sido com o lócus de enunciação, com a colonialidade, entre essas a da linguagem, a do saber/poder, com a decolonialidade, etc.

O que venho fazendo, juntamente com nosso grupo, o DECOLIDE, é pensarmos localmente as múltiplas colonialidades, em outras palavras, explicitar os implícitos da

colonialidade. Uma dessas se relaciona com nosso lugar epistêmico e social, considerando, por exemplo, que somos ativistas da pesquisa e do ensino, da educação. Esse ponto faz toda a diferença. Assim, o movimento emerge e toma direções diversas. Posso problematizar a ideia da geopolítica do saber/poder localmente, mas tenho que buscar uma compreensão conjuntural/contextual. Esse ponto me leva a redefinir o lócus de enunciação como um espaço de práticas de linguagem no Sul-Global, reafirmando a potencialidade das linguagens como forma de existência e de resistência, mas tenho que fazer isso como brasileira e como professora-pesquisadora do Nordeste, da Bahia, mais pontualmente falando. Neste sentido, pode me levar a mudanças relevantes quanto à preservação de uma cartografia moderna instaurada por uma fala única, uma racionalidade única, uma subjetividade única. É preciso que emergjam outras subjetividades. E as subjetividades locais existem! Resistem. No momento, me parece que esse lócus é onde se desenrolam as performances, ponto que estou começando a problematizar e que ao longo desta entrevista deixei alguns indícios. Mas seria tema para outra conversa.

Outra questão importante é que nem todos somos sujeitos. Tornar-se sujeito significa confrontar a sujeição, o que parece contraditório. Quero dizer, confrontar o processo de desumanização e objetificação das pessoas, de seus corpos, de suas subjetividades. Nesta mesma esteira, sempre tem me chamado a atenção que enfatizamos o lado que oprime e até certo ponto o do opressor, ainda que tenhamos boas intenções, ideias e proposições. Os outros muitos lados e partes coexistem, mas provavelmente numa distribuição desigual de representatividade política, social, étnica, sexual, de gênero, racial, etc. Não se trata somente de ser ouvidos, reconhecidos como tal, que aliás, vem sendo proposto e realizado, inclusive como se propõem nas epistemologias do Sul. Penso que precisamos ir mais fundo, mas além, adentrar as camadas, as quais já me referi.

Como pesquisadora e professora, do campo aplicado, sintonizada com as complexidades, urgências e demandas sociais e educacionais, quero aprofundar o diálogo com corpos e saberes outros e também revisitar todo tempo meu lugar social e meu lugar epistêmico. Para tanto, confronto a tradição fortemente ocidental e hegemônica que me atravessa e proponho criar quadros interpretativos, conceituais e metodológicos que possam fraturar a universalização e homogeneização tão preciosas para a modernidade/colonialidade. Esses são delineamentos epistêmicos-ontológicos-praxiológicos.

Neste sentido, estou problematizando, outra vez, o lócus de enunciação a partir dessas premissas que são caras a mim. Por isso, retomo nessa trajetória retomo conceitos, desloco,

crítico, debato, problematizo, como entendo precisa ser o movimento insurgente decolonial/contracolonial. O lócus de enunciação se insere nessa ampla discussão, penso. E fico feliz em saber que a proposta caminha, percorre outras leituras e está despertando interesse. Fico feliz em saber que ressoa, ressoa, chega a vocês.

Também preciso, claro, falar de práticas de linguagem, de educação com as línguas e de línguas na educação, por exemplo; daí a menção ao meu entendimento sobre a colonialidade da linguagem. Como notou, o que leio, problematizo, mesmo que me sintonize. E, igualmente, preciso agir no mundo, ou seja, viver a práxis em sua acepção ampla.

Entrevistador

Na Revista Gragoatá, você afirma que o lócus de enunciação funciona como um dispositivo que “materializa uma práxis contrária à ordem hegemônica estabelecida ao viabilizar um conjunto de práticas e ações que impulsionam pedagogias decoloniais” (BAPTISTA, 2021, p. 1117). Qual o papel da universidade pública brasileira para a construção de pedagogias decoloniais? De que forma essas pedagogias decoloniais podem ser construídas? Há uma ameaça a estas pedagogias decoloniais no atual âmbito político no nosso País?

Entrevistada

Uma questão extremamente desafiadora. Toquei, de certa maneira, neste ponto quando mencionei a colonialidade organizacional, estrutural que funda a tessitura da universidade enquanto instituição moderna. Quanto à sua pergunta, acerca do papel da universidade pública brasileira para a construção de pedagogias decoloniais, arrisco a tentar responder com uma pequena (ou grande inversão). Qual o papel desta para a desconstrução de pedagogias coloniais? Qual o meu, o nosso?

Estou invertendo aqui as palavras, pois talvez se torne mais explícito o implícito da colonialidade do saber/poder. Neste sentido, ainda precisamos superar nossa estrutura colonial de saber/poder, porém isso implica superar uma concepção de fazer ciência, produzir saberes e conhecimentos, por um lado. Mas, por outro, significa responder quem é digno, ou ainda, capaz, em outras palavras, sujeito do saber/poder. Quem é considerado sujeito do saber/poder hoje nas nossas universidades? Esse é o primeiro ponto. Logo, podemos responder por exclusão: quem não é sujeito. Não será difícil responder. Basta olhar à nossa volta. Por que esse excedente

continua não sendo considerado sujeito do saber/poder? E sigo com os meus questionamentos. A quem interessa - e aqui pode ser um grupo, um setor, uma ideologia, um sistema etc. - que isso se perpetue? Como se nota, retorno às camadas aqui.

Contudo, pelo que tenho experienciado, sabemos a resistência histórica das universidades enquanto instituições de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Mas não podemos ignorar as complexidades das conjunturas e do contexto, como mencionei em outros momentos. Levantei aqui somente alguns aspectos. Assim, meu papel é o de se somar a essa luta-defesa da equidade de saberes, da equidade de sujeito de saberes e, ainda, da equidade de poder/saber. Digo equidade e não uma breve concessão de espaço de saber/poder, o que é bem diferente. Seria possível, desejável, alcançável essa equidade? Acredito que sim e me arrisco a dizer que em certo sentido já seguimos por esse caminho, apesar do momento atual. Mas lembro que partilha de poder/saber significa rever como toda sociedade se comporta, se constitui e, diria, funciona. Estamos interessados e comprometidos com isso, de fato?

Como construir pedagogias decoloniais? Essas são uma ameaça no atual âmbito político no nosso País? Diria, que provavelmente não são uma ameaça, mas estão permanentemente em ameaça. Quero outra vez trocar a ordem e os termos da conversa, se me permitem. Justiça social e cognitiva, equidade, decolonialidade, contra-colonialidade são ameaçadas e não constituem uma ameaça ao menos para mim. As ameaças são outras e são enfrentadas e vem sendo enfrentadas historicamente, inclusive, antes de nós.

Quanto a como construir pedagogias decoloniais, começo novamente com a inversão: como desconstruir pedagogias coloniais? Para tanto, o caminho é a escuta da demanda; a conversão da demanda em parte da resposta, a incorporação da pluralidade e não da universalidade, por exemplo. A superação do aplicacionismo na formação de professores, por exemplo. Eu ensino, você aprende, aplica e tudo se transforma; uma espécie de nova velha catequese epistêmica; talvez o caminho seja eu aprendo com vocês, vocês me ensinam e criamos possibilidades para desaprender o aprendido colonialmente, uma espécie de contra-catequese epistêmica é o que sugiro.

Tenho refletido muito sobre essa ideia de contra-catequese epistêmica, partindo de uma experiência pessoal. Não venho de uma família de religião católica, mas quando criança me interessei em fazer o catecismo e fui um domingo pela manhã para uma “aula” de catequese. No primeiro dia, uma senhora nos perguntou quem era Deus. E as crianças foram respondendo, o mar, o céu, a natureza, os animais. Quando chegou na minha vez, eu disse não saber. Foi o

suficiente para ser repreendida e censurada, já que era inadmissível dizer que não sabia. Eu deveria saber. A contra-catequese epistêmica consiste nisso, ou seja, em afirmar que não se sabe. Fomos ensinadas a dizer que sabemos tudo ou grande parte de tudo, mesmo não sabendo. Dizer o contrário significa exposição, fragilidade, ignorância. Precisamos confrontar esse modelo de pensamento, fruto da racionalidade moderna e do patriarcado. Por isso, proponho, além da desobediência epistêmica, a contra-catequese epistêmica, sumariamente mencionada aqui por mim e que venho teorizando juntamente com a de performance e verbalização que toquei ao longo de nossa conversa.

Neste viés, o da contra-catequese epistêmica, não devo ensinar e nem tenho a pretensão de ensinar o jovem e a jovem da periferia ou do subúrbio que vivem nas situações de colonialidade a serem decoloniais/contra-coloniais. Preciso compreender o que esses jovens demandam como jovens desses lugares e muito provavelmente já proponham práticas decoloniais/contra-coloniais em sua potencialidade e em sua práxis. Eu preciso assumir a parte que ignoro, ou seja, confrontar minha ignorância nessa geopolítica do saber/ser. Preciso desaprender e identificar onde me atinge a colonialidade e como me atinge. Preciso praticar a contra-catequese epistêmica, e, igualmente, defender a desobediência epistêmica e fazê-lo de forma sintonizada com meu local, meu lugar no mundo.

Posso, claro, nesta mesma linha, identificar como as pedagogias coloniais se concretizam e agem; por exemplo, quando entendo qual é a fatia de conhecimento que valorizo e a quem devo repartir e por qual motivo essa se reparte; quando vejo quem está ausente do mundo “acadêmico”, mas é uma presença excludente; quando noto que minha fala está povoada de pouca empatia e sinergia com o mundo, etc.; quando nego a existência de saberes outros e a própria dissidência; quando enuncio/falo e também sou silenciada e invisibilizada, etc. Estou explorando mais essas questões em um livro que vai sair brevemente. Nele discuto mais a fundo três dimensões que me parecem cruciais, como a descolonização do ser, do saber/poder e das práticas, lidas à minha maneira, claro. Caso publicemos antes do lançamento deste dossiê, incluo aqui a referência.

Essa desconstrução da colonialidade é parte do agir contra-colonial que tenho proposto ao longo desta entrevista e que tem sido parte de minha opção igualmente. As pedagogias decoloniais vão emergindo, plurais, múltiplas, robustecidas pela gira decolonial, pela inversão carnalizada e antropofágica que têm nos nutrido, numa luta-defesa; contra a colonialidade e a favor da decolonialidade. As pedagogias decoloniais/contra-coloniais eclodem e vem eclodindo, diria, desde anteontem. A flecha chegou hoje. O alvo se desenhou na trajetória.

Um dos possíveis caminhos é pela voracidade da própria luta; mas corremos o risco de nos consumirmos nessa voracidade pelo próprio desespero que essa gera. Outra é pela resiliência, mas corremos o risco de nos perdermos nessa pela própria envergadura de um estoicismo estagnante. Outra é pela ação-transformação e talvez essa seja a via, em outras palavras, através da emersão de práxis decoloniais/contra-coloniais como um conjunto de ações humanas e humanizadoras na e para a educação com as línguas e através das línguas, por exemplo. Ou em outras palavras, um dos caminhos é através de uma educação que nos humanize e que num gesto sinérgico humanizemos a educação. Uma educação que nos descolonize e que nos descolonialize como parte desse processo. Uma produção de saberes e de pesquisa que se humanize e que nos humanize igualmente.

Para mim, pela experiência na e com a formação de professores e como professora-pesquisadora um dos caminhos é esse, o da práxis humanizadora. Tudo que for contrário à vida, a existência de outre, também é contrário à minha vida, a minha própria existência. Para mim, hoje, em nosso País, as pedagogias decoloniais são ameaçadas porque evidenciam isso cotidianamente e também os que dela participam e que as propõem como vias outras. E quando se ameaçam pedagogias a favor da vida, como as denomino, há muito a se fazer ainda.

E, desse modo, as pedagogias da vida e com a vida, ou ainda, pedagogias decoloniais, não são uma ameaça; mas, sim, ameaçadas duramente. Com isso, aumentam nossa e minha responsividade e responsabilidade no engajamento contra-colonial, pois nosso passado colonial-autoritário não é passado ainda, nos transpassa, o que é muito diferente. A temporalidade e territorialidade ocidentais, contudo, ainda são fortemente vividas e, de certa forma, nos levam a pensar que a linha do tempo obedece a determinadas cronologias que, por sua vez, supõem um passado, um presente e um futuro. Nessa ordem de ideias, o passado colonial-autoritário seria um ponto encerrado. Não penso exatamente assim, por isso disse que nos transpassa e extravasa.

Entrevistador

Nas suas palavras, o lócus de enunciação precisa ser “ocupado pelo sujeito subalternizado, invisibilizado ou historicamente apagado” (BAPTISTA, 2021, p. 1121). Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação, 60% dos/as alunos/as que se inscrevem no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) optam pelo espanhol como língua estrangeira. De que modo o lócus de enunciação

ajuda a explicar a importância do ensino de língua espanhola nas escolas públicas brasileiras? Qual a relação entre o lócus de enunciação, o ensino de espanhol e os estudantes da escola pública que encontram na língua espanhola uma forma de ocupar um lócus de enunciação mais democrático a partir do Sul-Global?

Entrevistada

São necessárias ações mais contundentes que têm a ver com a macropolítica e que, como disse, precisam se materializar na garantia do direito à educação, em sentido amplo e, mais particularmente, à educação em línguas e com as línguas que aliás é ainda pouco entendida como necessária, relevante e pertinente. Quando falo e proponho aqui em educação em línguas e com as línguas estou confrontando, logicamente, a visão de língua-nação ou o ideário moderno de língua. Estou pensando, por exemplo, no acesso às línguas como um direito à pluralidade de saberes e conhecimentos; ou seja, a retirada ou exclusão e invisibilização desses saberes e conhecimentos também é parte de uma dada geopolítica do saber/poder, ou ainda, de uma macropolítica que atinge o Sul-Global que é uma via para à descolonização e para a globalização neoliberal, ou ainda, para enfrentamento da transcolonialidade, intracolonialidade ou intercolonialidade, lembrando aqui rapidamente González Casanovas. Essa percepção é fundamental para repensar os contornos das políticas de ensino e linguísticas. Compreender, assim, que esse movimento ganha maior relevância quando conectado aos movimentos de exclusão e de invisibilização que constantemente nos submetem, como projeto da modernidade/colonialidade, transmutando-se para uma forma global, de colonialismo global, muito afinada com uma ótica neoliberal.

A escola pública tem sido um lugar de enunciação, atravessado por muitas vozes e existências, histórica, cultural e politicamente. E não é diferente quando pensamos nos reflexos das políticas do mundo nas nossas políticas cotidianas. Falo aqui de um currículo profano, de um currículo da vida, de um currículo oculto, se se prefere, que confronta o currículo oficial. Contudo, pergunto se sempre teremos que estar na frente, ou seja, na oposição e no enfrentamento. Em outras palavras, enfatizando as demandas de grupos que são a majorizada minorizada, como propõe Richard Santos. É uma luta histórica não é recente, mas que se atualiza e transpassa cenários como os atuais, particularmente, como o que vivemos da pandemia/sindemia.

Retomando suas questões, é interessante poder trazer essa problematização para o campo do enunciador, ou seja, para o lócus de enunciação. Dessa forma, precisamos de vozes plurais e ações igualmente plurais. Pensando uma educação em línguas e com as línguas, sintonizada com as demandas do Sul-Global, quanto às lutas em prol de diversidade étnica-racial-linguística, em defesa da pluralidade onto-epistêmica, como as que fortemente sentimos como movimentos contra-coloniais, sem dúvida, o ensino de espanhol é um componente crucial. E de maneira estrategicamente localizado no Sul-Global, cultural, política, social e historicamente o espanhol é parte constitutiva relevante de uma educação em línguas e com as línguas. Assim sendo, que estou aprendendo com essas línguas? Que estou aprendendo com quem as fala e as usa? Que me mostram as práticas de linguagem no Sul-Global? Como essas línguas se materializam no dia a dia das pessoas? Que espaços políticos e de poder essas línguas ocupam? Que relações de poder e contrapoder deflagram? São algumas questões para pensarmos essa educação em línguas e com as línguas.

Educar para e com o Sul-Global em línguas e com as línguas é um projeto contra-hegemônico de porte, e, talvez, seja o maior dos desafios que temos que enfrentar. Uma educação decolonial/contra-colonial faz parte de um desejo que não é novo, se atentarmos para o pensamento latino-americano e para as pedagogias contra-hegemônicas. Essas demarcam muitos pontos em comum, apesar de diferenças teóricas, metodológicas e praxiológicas como bem lembra Cabaluz-Ducasse.

Nesse sentido, podemos incluir os letramentos críticos, os letramentos raciais críticos, as pedagogias decoloniais e contra-coloniais, a educação étnico-racial, as abordagens da interculturalidade crítica, a educação antirracista. Pluralidade de vias e demanda são cruciais. O ponto nodal, contudo, é se essas vias têm alcance para se contrapor a um projeto neoliberal para a educação e para os novos-velhos mercados. Ou se poderão se incorporar como fetiches desse mesmo mercado. Mas é outra história.

Falar em mundo globalizado e pensar somente em hegemonia linguística ou reforçar o mito do monolingüismo do português, por exemplo, são aspectos que fazem parte dessa luta. Discutir como o espanhol se territorializa e transterritorializa para além do mundo colonial também. Quero dizer que hoje não posso pensar na formação de professores ou no ensino de espanhol sem me sentir provocada por essas questões e tensionamentos, ou seja, pelas línguas no mundo e com o mundo. Por isso, é preciso reforçar nosso lócus de enunciação. E, penso, temos muito a aprender com aqueles que pensamos ensinar; as vozes da escola - e não a voz da escola -

marcam essa “gira” decolonial que mencionei. Aprendo muito com nossos estudantes. Eles colocam os desafios que preciso, trazem a demanda. E, claro, é uma demanda a língua espanhola na escola, é uma demanda uma educação plural, transformadora e insurgente, mas a questão é quase sempre a mesma: a quem interessa e quem se importa. Demanda também supõe responder essas questões por meio de ações políticas mais amplas e que têm a ver com o modelo de estado que optamos por ter ou que nos colocam como opção.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. (1987). *Borderlands. La frontera. La nueva mestiza*. Madrid: Capitán Swing, 2016.

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis. Minha pátria é minha língua: algumas questões sobre a (de)colonização das línguas e dos sujeitos no ensino de espanhol. *Abeache*, n. 12, p. 28-47, 2017. Disponível em: <<<https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/220/206>>>. Acesso: mar. 2022.

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis. Comunidades imaginadas e práticas inimaginadas: algumas reflexões sobre a educação linguística na contemporaneidade. In: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar; MACIEL, Ruberval Franco; TILIO, Rogerio; JESUS, Danie Marcelo (Org.). *Linguística Aplicada para além das fronteiras*. Campinas: Pontes, 2018, p.185-203.

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis. Um dia de fúria: revisitando construtos como língua espanhola, identidade e cultura e suas implicações para a educação linguística em tempos difíceis. In: SILVA, Antonio Messias Nogueira; BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis (Org.). *Espanhol no Nordeste. Espaços de resistência, criação e transformação*. Curitiba: CRV, 2018, p. 115-131

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis; LÓPEZ GOPAR, Mario. Educação crítica, decolonialidade e educação linguística no Brasil e no México. Questões epistemológicas e metodológicas traçadas por um paradigma-outro. *Revista Letras & Letras*, 35, núm. especial, p. 1-27, 2019. Disponível em: <<<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/49261>>>. Acesso: mar. 2022.

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis. (De)colonialidade da linguagem, lócus enunciativo e constituição identitária em Gloria Anzaldúa uma “new mestiza”. *Polifonia*, v. 26, n. 44, 2019, p.123-145. Disponível em: <<<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8974>>>. Acesso: mar. 2022.

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis. Lócus de enunciação, decolonialidades e produção de saberes: algumas inflexões a partir do Sul-Global. *Revista Abehache*, n. 20, 2021, p. 65-83. Disponível em: << <https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/390/313>>> Acesso: mar. 2022.

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis. Lócus de enunciação e coletivo mexicano Batallones femininos: cartografando uma pedagogia decolonial no Sul-Global. *Revista Gragoatá*, v. 26, n. 56,

2021, p. 1115-1147. Disponível em: << <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/49063>>>
Acesso: mar. 2022.

CABALUZ-DUCASSE, Jorge Fabián. Pedagogías críticas latinoamericanas y filosofía de la liberación: potencialidades de un diálogo teórico-político. *Educación y Educadores*, 19 (1): p. 67-88, 2016. Disponível em: <<<https://doi.org/10.5294/edu.2016.19.1.4>>>. Acesso em: abr.2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. “Astutos e inocentes”. In: FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GROVOGUI, Siba. A Revolution Nonetheless: The Global South in International Relations. *The Global South*, vol. 5, n 1, p. 175-190, 2011.

HAN, Byung-Chul. *O que é o poder?* Petrópolis: Vozes, 2019.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia da opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

LORDE, Audre. Idade, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018. 80 p.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder soberania estado de exceção política da morte. Arte & Ensaios*, 2017. Recuperado de <<<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>>. Acesso em: abr. 2022.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. 1969. *Sociología de la explotación*. Ciudad de México: Siglo XXI, 240 p.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 431-458, 2007.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n.18, 2012, p. 62-73. Disponível em: <<<https://doi.org/10.26512/resafe.v0i18.4523>>>. Acesso: abr. 2022.

RUFINO, Luiz. *Vence-demanda. Educação e descolonização*. Rio de Janeiro, Mórula, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Percursos para as epistemologias do Sul. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Richard. *Maioria minorizada. Um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e contexto: Uma abordagem Sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.